

Regulamentação de apps causa dúvidas em Santos

Motoristas tentam esclarecer pontos polêmicos em audiência pública sobre projeto de lei

NATHÁLIA DE ALCANTARA
DA REDAÇÃO

A regulamentação de aplicativos de transporte em Santos causou dúvidas e preocupação em motoristas e em taxistas. Por isso, uma audiência pública na Câmara dos Vereadores, ontem à noite, reuniu autoridades para tentar esclarecer os principais pontos do projeto de lei.

A discussão ganhou proporção assim que a Administração Municipal enviou, em 25 de novembro, o Projeto de Lei 359/19 à Câmara dos Vereadores.

O texto, de autoria do prefeito Paulo Alexandre Barbosa (PSDB), pretende regulamentar o uso viário do transporte remunerado privado individual e não a atividade em si.

De acordo com o diretor de Transportes Públicos da Companhia de Engenharia de Tráfego (CET-Santos), Murilo Barletta, o conteúdo do material muitas vezes é genérico por tentar evitar que alguém entre na Justiça alegando inconstitucionalidade. E que isso derrube o projeto inteiro.

“Temos de ver quais são as prioridades. O que deve passar agora e o que poderá ser ajustado mais para frente, com a apresentação de emendas, por exemplo”.

Destacam-se, entre as propostas do PL, o cadastramento das empresas de aplicativo na Companhia de Engenharia e Tráfego (CET-Santos), repasse de dados sobre as corridas no Município e a taxa a ser cobrada das companhias.

Segundo o presidente da CET-Santos, Rogério Vilani, a fiscalização e as multas aplicadas em caso de irregularidades serão focadas em cima das empresas e não dos motoristas. Vale desta-



FERNANDA LIZ - 16/11/20

Projeto de lei que tenta regulamentar o serviço dos aplicativos de transporte está em análise na Câmara

CAMPS SANTOS
CONTRATE UM
APRENDIZ
consultoria@cams.org.br

TOP MIND
camps.org.br
camposantosoficial
@camsantos

car que não havia representantes das empresas de aplicativos na audiência pública. “Há muitos interesses envolvidos. Tentamos ouvir os lados e fazer uma proposta viável para todos, considerando o usuário como o principal deles”.

SUGESTÕES

O presidente da Associação dos Motoristas de Aplicativos da Baixada Santista (Amabs), Bruno Martins, sugeriu que houvesse um prazo para a adequação dos motoristas com relação a

SAIBA MAIS

O projeto de lei santista traz, em 15 páginas, diversas regras, sendo que muitas delas já fazem parte do dia a dia do serviço prestado pelas empresas de aplicativos, como as informações fornecidas aos usuários quanto ao motorista, modelo do carro, placa, mapa de percurso, avaliações e divulgação da estimativa do preço da corrida, entre outros. As principais mudanças abrangem a fiscalização da CET-Santos sobre as empresas, fornecimento de dados sobre os percursos, pagamento mensal por parte das empresas sobre o uso do sistema viário do Município, de acordo com a distância percorrida, e multas em caso de irregularidade, que vão de R\$ 2,5 mil a R\$ 20 mil, além de descredenciamento por cinco anos. Caberá às empresas de aplicativos fiscalizar os motoristas para garantir que as regras sejam cumpridas. Os veículos deverão ter no máximo oito anos, transportar até seis pessoas, descontando o motorista, e ter um adesivo de identificação no vidro dianteiro.

exigência do veículo ter no máximo oito anos. Atualmente, os carros podem ter até 12 anos.

Já o presidente do Sindicato dos Taxistas, Luiz Antônio Guerra, pediu apenas fiscalização para a CET-Santos. “Não tem cabimento termos tantas regras e trabalho e não acontecer a fiscalização adequada”.

O vereador Augusto Duarte (PSDB) comemora a conquista de uma de suas principais bandeiras. “Eu tinha assumido o compromisso de levar esse o projeto pronto. Foi enriquecedor cada um dar sua opinião, pois eles sabem o que vivem no dia a dia. Esse projeto será uma referência na região”.



Empresas abrem portas para o diálogo

MATHEUS MÜLLER

■■■ A proposta de cobrança de taxa por parte da Prefeitura de Santos às empresas de transporte por aplicativos devido à utilização do sistema viário urbano foi vista com cautela por duas das maiores prestadoras do serviço que atuam no mercado e abre caminho para o aumento das tarifas no futuro.

Em nota para A Tribuna, a 99 informou estar aberta ao diálogo com o Poder Público para construir uma solução que melhore a mobilidade urbana em Santos, desde que não “prejudique o direito dos motoristas de ge-

rar renda e dos moradores de escolher como desejam se locomover pela Cidade”.

A empresa ressalta que “qualquer tentativa de barrar ou prejudicar o serviço é inconstitucional, conforme prevê a lei federal que regulamenta a atividade e entendimento do Supremo Tribunal Federal (STF)”.

Por sua vez, a Cabify informou estar ciente do projeto de lei enviado pelo prefeito Paulo Alexandre Barbosa (PSDB) à Câmara dos Vereadores de Santos e de propostas similares em outras cidades do País.

Também em nota, desta-


cou que essas movimentações ocorrem por não existir lei específica que regule as empresas do setor em âmbito federal. Informou, ainda, não comentar sobre taxas por decisão estratégica.

Sobre o repasse de dados das corridas ao Poder Público, a empresa não vê problemas, mas ressalva. “Já compartilhamos certos dados com prefeituras de cidades onde operamos, desde que não pessoais e respeitando-se o Marco Civil da Internet e demais leis protetivas aos usuários”.

A Tribuna procurou a Uber, que não respondeu.

PREÇO

Em cidades cuja regulamentação dos transportes por aplicativos recebeu sinal verde dos poderes Executivo e Legislativo com a cobrança de taxa, a tarifa aumentou entre R\$ 0,70 e R\$ 1,20 por quilômetro rodado. O valor foi repassado a motoristas e clientes.

LEIA+ 

atribuna.com.br

Reforço de caixa

Em sessão extraordinária realizada ontem, a Câmara de Santos aprovou, em segunda discussão, o projeto de lei que autoriza o Executivo a celebrar o convênio com a Companhia de Engenharia de Tráfego (CET-Santos). Em 2020, ela receberá R\$ 24 milhões - R\$ 2 milhões a mais do que nos últimos anos.



PESQUISA. Mangueira rompida não consegue levar água do mar a laboratórios do Instituto de Pesca de Santos

Obras da Ponta da Praia causam prejuízos ao IPS

» As obras do Projeto Nova Ponta da Praia interromperam o sistema de abastecimento de água marinha do Instituto de Pesca de Santos, causando prejuízos aos pesquisadores que não conseguem avanços científicos, e aos pescadores, que não conseguem aprimorar suas atividades.

O pior é que a situação perdura desde abril, quando foram feitos os primeiros pedidos de providências ao secretário de Governo, Rogério Santos, e ao gestor da Unidade de Gerenciamento do Programa Nova Ponta da Praia, arquiteto Glaucus Farinello.

É sabido que a Administração é responsável pela nova proposta e o Grupo Mendes o realizador das obras. Segun-

Situação perdura desde abril deste ano, prejudicando o trabalho de pesquisadores e pescadores

do apurado pela Reportagem, ao retirar um poste de iluminação, uma retroescavadeira rompeu, por duas vezes, a mangueira que leva água do mar da captação - próximo ao Deck do Pescador - ao laboratório do Instituto.

Foram colocadas duas abraçadeiras para segurar os remendos, mas elas seriam de material não resistente e podem romper a qualquer momento até pela força da bomba que puxa a água para o Instituto. Essa é a razão, inclusive, do não uso do equipamento.

A Prefeitura chegou a enviar um caminhão pipa, considerado insuficiente para dar andamento às pesquisas e aos cursos, que até hoje estão sendo prejudicados. Além disso, conforme apurado, um vazamento poderá fazer com que o trecho da avenida em frente ao imóvel ceda, causando até acidentes.

QUESTIONAMENTOS.

As obras, que envolvem a

construção de um Centro de Atividades Turísticas (CAT) e um novo Mercado de Peixe, estão sob questionamentos dos ministérios públicos estadual e federal. Vale a pena ressaltar que o Centro de Apoio Operacional à Execução (CAEx) - órgão de apoio técnico do Ministério Público Federal (MPF) - colocou dúvidas sobre a legitimidade da implantação do CAT, junto com as demais obras do entorno. O órgão questiona o Estudo de Impacto de Vizinhança (EIV).

A proposta vem causando polêmica desde que foi lançada. Em relação ao MPF, há questões do ponto de vista ambiental - impactos sobre a região, vizinhança e outras - e outras de tutela, como impacto no trânsito. A Secretaria de Patrimônio da União (SPU) foi questionada a respeito de vários pontos do projeto.

O Ministério Público Estadual (MP-SP) aponta inúmeras supostas irregularidades envolvendo o processo que o gerou. Há problemas relacionados à outorga onerosa que geraram as obras; ausência do decurso de prazo para consulta pública e violação de artigos do Estatuto da Cidade e do Plano Diretor do Município.

NA CÂMARA.

Presidente das duas comissões de vereadores responsáveis pela avaliação do pro-

jeto, o vereador Sadao Nakai (PSDB) sempre 'bateu na tecla' que o processo envolvendo a Nova Ponta da Praia não cumpriu todos os trâmites necessários de exposição à população santista. Para ele, faltou controle social e transparência nos atos do Município e justificativa do poder público municipal para ofertar ao empreendedor, por interesse público, uma área que foi cedida ao município pela União, sem considerar outras opções locais para a implantação do equipamento.

PREFEITURA.

Procurada, a Prefeitura de Santos diz não ter responsabilidade sobre a o rompimento das mangueiras, nem fez qualquer referência sobre os contatos realizados com o secretário Rogério Santos e o gestor Glaucus Farinello. "Quem responde por problemas na obra da Ponta da Praia é a empresa responsável pelos serviços. A Prefeitura acompanha tudo, mas quem responde é a empresa", informou pela Assessoria.

A Administração completa revelando que, localizada sob via pública, a rede em questão não era cadastrada na Prefeitura. Na execução da obra viária, por conta da ausência do cadastro, a rede foi acidentalmente danificada e reparada em seguida pela empresa responsável pelos serviços.

ESTADO.

Em nota, a Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo admitiu ontem o rompimento da mangueira devido às obras da Nova Ponta da Praia, mas informa que "não procede a informação de que as pesquisas estão totalmente paradas e pescadores sem cursos. O Instituto de Pesca continua a atender os pescadores que buscam capacitações e cursos em Santos", explica.

Ainda segundo a Secretaria, "em negociação com a empresa responsável pelas obras, os tanques do laboratório de maricultura foram abastecidos por caminhão pipa e, em novembro, foram realizados cursos de cultivo de camarão em sistema de recirculação de água nos dias 05, 06, 13, 14, 27 e 28, dos quais participaram cerca de 90 pescadores".

Ontem, continua a nota, "o diretor do Laboratório de Maricultura, Marcelo Henriques, e o pesquisador Oscar Barreto receberam representantes da Prefeitura, da Companhia de Engenharia de Tráfego (CET) e do Grupo Mendes, empresa responsável pelas obras, que se comprometeram a resolver o problema. Já nesta madrugada (quinta) será realizada uma inspeção minuciosa para detectar o ponto exato do vazamento", finaliza. (Carlos Rattton)